

A (des)necessidade da guarda compartilhada ante a autoridade parental

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

Autores

Luís Henrique Veiga Antonelli

Orientação

Laís Giovanetti

A responsabilidade civil nas novas relações de consumo através do e-commerce

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

Autores

Mabilim Zanett

Orientação

Cíntia Regina Portes

Resumo

O presente artigo pretende trazer à discussão a temática acerca do litígio desnecessário que os genitores envolvem seus filhos impúberes, muitas vezes por não se conformarem com o término da sociedade conjugal. Além disso, será dado um enfoque, a respeito da intervenção do Estado no ambiente familiar, bem como a evolução histórica diante da igualdade das pessoas presente no art. 5º, caput, da nossa Carta Magna. Considerando quanto, a questão da Síndrome da Alienação Parental (SAP), afeta o menor, e quais as consequências, judiciais, para o alienador. As questões pertinentes serão discorridas durante a presente dissertação, contudo analisaremos algumas questões prévias: Existe a necessidade de se discutir a guarda de um menor? Até onde essa “disputa” pela guarda, já não começa a alienar o impúbere? Porque e até qual momento o Estado deve interferir para resolver a lide, e até que ponto os genitores necessitam de maturidade suficiente para resolverem essas questões sem envolver os filhos? A fixação apenas da moradia do menor, reduz a alienação parental? Qual a consequência da guarda compartilhada no dia a dia do menor? São questões reflexivas para iniciarmos a discussão a respeito do tema em comento. Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método da revisão da literatura nacional, bem como da legislação nacional e da análise de decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário brasileiro para obtenção das conclusões.

Palavras-chave: Pátrio poder. Poder Familiar. Guarda Compartilhada. Judicialização Familiar

Resumo

O presente estudo possui uma abordagem analítica no que tange às relações consumelistas no âmbito virtual, tendo em vista o surgimento da internet e da globalização tecnológica na sociedade contemporânea. Hodiernamente, é notório que o comércio eletrônico tornou-se um fenômeno em decorrência de seu recente aparecimento e sua evolução crescente. No entanto, já é sabido que a legislação brasileira não consegue acompanhar os passos da evolução da sociedade, deixando descobertos assuntos relevantes como o objeto de estudo do presente caso. Além disso, o estudo discorrerá também sobre as características inerentes desses tipos de contratos. Por fim, a análise aqui apresentada abordará o cabimento da responsabilidade civil objetiva dos fornecedores e do direito do consumidor, com ênfase na proteção do consumidor quando o mesmo é lesado ao realizar uma compra virtual e o fornecedor deixa de entregar o produto ou serviço, conforme o Código de Defesa do Consumidor juntamente ao Código Civil.

Palavras-chave: E-commerce, Responsabilidade Civil, Código do Consumidor, Relação virtual de consumo.